

Termelétrica Viana S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2023 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Termelétrica Viana S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Termelétrica Viana S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Termelétrica Viana S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Diretoria pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

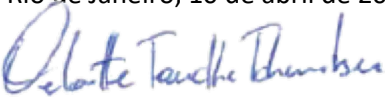
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Diretoria a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 10 de abril de 2024


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ


Diego Wailer da Silva
Contador
CRC nº 1 RS 074562/O-3

TERMELETRICA VIANA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de Reais)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e Equivalente de Caixa	5	33.540	88.167	Fornecedores	14	24.527	95.898
Clientes	6	80.888	70.690	Debêntures	15	-	40.242
Tributos a Recuperar	7	3.024	11.876	Empréstimos	16	65.607	8.562
Estoques	8	23.220	30.218	Obrigações Setoriais	18	11.201	8.508
Serviços em Curso	9	6.423	5.050	Tributos a Recolher		17.113	11.607
Despesas Antecipadas	10	46.941	2.152	Arrendamento Mercantil		37	419
Instrumento Financeiro Derivativo	11	-	204.389	Contingências	25	-	5.993
Outros Créditos		2.025	1.691	Outros Passivos		9.353	7.516
		196.061	414.233			127.838	178.745
				NÃO CIRCULANTE			
				Empréstimos	16	4.103	23.013
				Imposto de Renda e Contribuição Soc. Diferidos	17	77.758	238.153
				Obrigações Vinculadas à Concessão		3.479	3.660
NÃO CIRCULANTE				Contingências	25	2.009	1.985
Tributos a Recuperar	7	4.565	3.143	Arrendamento Mercantil		287	1.006
Despesas Antecipadas	10	45.425	78			87.636	267.818
Instrumento Financeiro Derivativo	11	-	256.077				
Imobilizado	12	372.904	388.434	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19		
Intangível	13	141	99	Capital social		262.800	262.800
		423.035	647.831	Outros Resultados Abrangentes		-	318.139
				Reserva de Lucro		35.028	19.315
				Dividendos Adicionais Propostos		105.794	15.247
						403.622	615.501
		619.096	1.062.064			619.096	1.062.064

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

TERMELÉTRICA VIANA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receita Líquida	20	668.922	382.698
Custos dos Serviços Prestados	21	<u>(173.256)</u>	<u>(216.333)</u>
Resultado bruto		495.666	166.365
Despesas gerais e administrativas	22	(11.571)	(62.736)
Outras Receitas		507	184
Lucro operacional antes do resultado financeiro		<u>484.602</u>	<u>103.813</u>
Receita Financeira		10.250	7.342
Despesa Financeira		(18.295)	(18.605)
Resultado Financeiro	23	<u>(8.045)</u>	<u>(11.263)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>476.556</u>	<u>92.550</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente	17.b	(160.399)	(35.204)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	17.b	(1.896)	1.207
Lucro líquido do exercício		<u><u>314.260</u></u>	<u><u>58.553</u></u>
Lucro por Ação (Básico e diluído) – em R\$		1,20	0,22

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

TERMELÉTRICA VIANA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro Líquido do Exercício		314.260	58.553
<u>Outros resultados abrangentes</u>			
Itens reclassificados ao resultado			
Varição de valor justo de Hedge		(329.138)	563.274
Reclassificação de Hedges para o resultado		<u>(152.892)</u>	<u>(185.757)</u>
		(482.030)	377.517
(-) Impostos diferidos sobre a variação do Hedge		<u>163.891</u>	<u>(128.357)</u>
Total dos outros resultados abrangentes	19.b	(318.139)	249.160
Resultado abrangente total		<u><u>(3.879)</u></u>	<u><u>307.713</u></u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

TERMELÉTRICA VIANA S.A.DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de Reais)

		<u>Reserva de Lucro</u>					
	Nota	Capital Social	Reserva Legal	Dividendos Adicionais Propostos	Lucros Acumulados	Outros Resultados abrangentes	Total
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		171.500	16.387	16.472		68.979	273.338
Pagamento de Dividendos Adicionais		-	-	(16.472)	-	-	(16.472)
Pagamento de Juros sobre Capital Próprio		-	-	-	(2.850)	-	(2.850)
Pagamento de Dividendos Intercalares		-	-	-	(23.622)	-	(23.622)
Integralização de Capital		91.300	-	-	-	-	91.300
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	58.553	-	58.553
Outros Resultados Abrangentes		-	-	-	-	249.160	249.160
Destinação do Lucro		-	-	-	-	-	-
Constituição de Reserva Legal		-	2.928	-	(2.928)	-	-
Dividendos Mínimos Obrigatórios		-	-	-	(13.906)	-	(13.906)
Dividendos Propostos		-	-	15.247	(15.247)	-	-
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	19	<u>262.800</u>	<u>19.315</u>	<u>15.247</u>	-	<u>318.139</u>	<u>615.501</u>
Pagamento de Dividendos Adicionais		-	-	(15.247)	-	-	(15.247)
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	314.260	-	314.260
Outros Resultados Abrangentes		-	-	-	-	(318.139)	(318.139)
Destinação do Lucro		-	-	-	-	-	-
Constituição de Reserva Legal		-	15.713	-	(15.713)	-	-
Dividendos Mínimos Obrigatórios		-	-	-	(74.637)	-	(74.637)
Pagamento de Dividendos Intercalares		-	-	-	(118.116)	-	(118.116)
Dividendos Adicionais Propostos		-	-	105.794	(105.794)	-	-
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	19	<u>262.800</u>	<u>35.028</u>	<u>105.794</u>	-	-	<u>403.622</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

TERMELÉTRICA VIANA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
PARA EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro Líquido do Exercício		314.260	58.553
Ajuste por:			
Depreciação do imobilizado	21 e 22	15.573	15.258
Amortização do intangível	21 e 22	39	26
Baixa de ativo imobilizado	12	1.314	1.712
Amortização de Compensação financeira	10	15.142	-
IR e CS Diferido	17.a	1.896	1.207
Despesa de juros de debêntures	15	1.663	4.356
Atualização monetária de debêntures	15	1.265	3.854
Despesa de juros de empréstimos	16	4.550	4.548
Marcação a mercado - Resultado não realizado	16	5.502	1.592
Juros pagos de arrendamento mercantil		83	(40)
Provisão de Contingências	25	61	7.101
		<u>361.348</u>	<u>98.166</u>
(+) Variações nos ativos e passivos			
Cientes	6	(10.198)	32.817
Estoque	8	6.999	(6.158)
Tributos a recuperar	7	7.431	(7.583)
Despesas antecipadas	10	(105.277)	(2.073)
Outros créditos		(1.706)	351
Fornecedores	14	(71.370)	(18.059)
Obrigações regulatórias	18	2.693	242
Tributos e contribuições sociais a recolher		160.997	26.914
IRPJ e CSLL pagos		(155.491)	(27.275)
Outros passivos		(3.363)	4.586
Juros pagos de debêntures	15	(1.786)	(4.487)
Juros pagos de empréstimos	16	(3.917)	(4.465)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais		<u>186.360</u>	<u>92.977</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Aquisições de ativo imobilizado	12	(1.534)	(53.646)
Aquisições de ativo intangível	13	(82)	(69)
Caixa Líquido Aplicado das Atividades de Investimentos		<u>(1.616)</u>	<u>(53.715)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Empréstimos	16	40.000	-
Dividendos mínimos obrigatórios	19.d	(74.637)	(13.906)
Dividendos intercalares pagos	19.f	(118.116)	(23.622)
Dividendos adicionais pagos	19.e	(15.247)	(16.472)
Juros sobre o Capital Próprio		-	(4.250)
Amortização de debêntures	15	(41.384)	(39.648)
Amortização de empréstimo	16	(8.000)	(6.000)
Pagamento de Arrendamento mercantil		(422)	(296)
Pagamento/recebimento de instrumentos financeiros derivativos	11.1.c	(21.564)	31.482
Juros de derivativos		-	(9.918)
Aporte de capital social	19	-	91.300
Caixa Líquido Proveniente (Aplicado) das Atividades de Financiamentos		<u>(239.370)</u>	<u>8.670</u>
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		<u>(54.627)</u>	<u>47.932</u>
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício		88.167	40.235
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício		33.540	88.167

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

TERMELÉTRICA VIANA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Termelétrica Viana S.A. ("Companhia" ou "TEVISA") é uma sociedade de capital fechado com sede na cidade no Rio de Janeiro, cujo objeto social é a geração e a comercialização de energia elétrica por meio da construção e exploração da Usina Termelétrica UTE Viana e da Usina Termelétrica Viana 1, situada no município de Viana, no Estado do Espírito Santo.

A UTE Viana compreende a vinte unidades geradoras de energia com potência instalada total de 174,6 MW e instalações de interligação associadas e opera com motores que utilizam como combustível o óleo de baixo teor de enxofre (OCB1).

A TEVISA sagrou vencedora do Leilão nº 002/2007 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), e concretizou a venda de sua energia por meio de um "contrato de disponibilidade" assinado com 37 distribuidoras integrantes do Sistema Interligado Nacional que compraram no referido Leilão.

Em 2009 foi concluída a obra de construção da UTE Viana, entrou em operação comercial em 6 de janeiro de 2010.

Em outubro de 2021 a Companhia sagrou-se vencedora no Leilão para o Procedimento Competitivo Simplificado (PCS) nº 01/2021, promovido pela ANEEL, firmando Contrato de Energia de Reserva (CER) nº 447/21 com a CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) para o fornecimento de energia e vigência entre 1º de maio de 2022 até 31 de dezembro de 2025 e para essa operação, a Companhia instalou a Ute Viana 1.

A UTE Viana 1 é composta por 4 unidades geradoras, totalizando 37,48MW de potência instalada, 36MW médios de garantia física de energia e que utilizam gás natural como combustível.

Cumprir destacar que, diferentemente do contrato principal da UTE Viana, o Procedimento Competitivo Simplificado (PSC) tem como tomador da energia o Ministério de Minas e Energia - MME.

O gás natural liquefeito utilizado na operação é fornecido pela Petrobras e recebido por meio do contrato assinado com a distribuidora de gás natural estadual, Companhia de Gás do Espírito Santo (ES Gás). O consumo foi estimado em 200.000m³/dia.

Com estes dois contratos de fornecimento de energia e com a aquisição de novos motores, a Companhia teve um aumento de 21,46% na sua potência instalada, pois passou de 174,6 MW para os atuais 212 MW.

A operação comercial do UTE Viana 1 iniciou em 14 de julho de 2022.

Em 26 de setembro de 2023, através do Termo Aditivo ao Contrato de Energia de Reserva - CER nº 447/21 - refletiu nas disposições firmadas no Termo de Autocomposição celebrado entre a Termelétrica Viana S/A, a União Federal, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e o Tribunal de Contas da União (TCU) no âmbito do Procedimento de Solução Consensual TC nº 006.252/2023-0, no qual deixou de ter a obrigação de entrega de energia associada à inflexibilidade contratual e passou a operar por disponibilidade do Operador Nacional do Setor Elétrico (ONS).

A mudança contratual teve como o principal mecanismo a redução dos custos Contrato de Energia de Reserva (CER) e, conseqüentemente, o beneficiamento do consumidor final.

Com o aditivo do contrato CER (Contrato de Energia de Reserva) nº 447/21 houve a necessidade de renegociar o contrato de compra de gás natural liquefeito com a Petrobras, para a modalidade flexível, pois a contratação original previa a distribuição de 200.000M³ de gás diário. No rearranjo contratual, a Petrobras executou as cláusulas legais definidas no contrato, aplicando a compensação financeira no valor de R\$ 105.992, totalmente quitada em 31 de dezembro de 2023, conforme nota explicativa 10.

Com o regime de energia flexível, a Companhia mantém o seu comprometimento com o meio ambiente, reduzindo a emissão de gases de efeito estufa na atmosfera, pois, com a modalidade de inflexível o consumo de gás natural era de 200.000M³ diário. A Companhia dedica-se a desenvolver pesquisas acadêmicas para o beneficiamento dos seus motores com fontes renováveis, pois, o objetivo é preservar o gás natural que é limitado na natureza.

Os bens da Companhia não serão reversíveis no final do prazo de autorização, que se encerrará em janeiro de 2043.

O controlador acionário da Companhia é o BTG Pactual Holding Participações S.A., o qual detém 100% de participação.

A Companhia usufrui de benefícios fiscais estaduais no Estado do Espírito Santo, conforme as seguintes especificações: diferimento do ICMS nas aquisições de máquinas e equipamentos, destinados à integração no ativo imobilizado; redução de carga tributária efetiva nas aquisições internas de gás natural liquefeito e nas compras do óleo combustível (OCB1), conforme cláusula 3ª do Termo de Acordo INVEST-ES 124/2008, I Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, II Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, Termo de Acordo 047/2021 e I Termo Aditivo de Acordo 047/2021.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) em consonância com a Lei das S.A. e pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, quais estão consistentes com as utilizadas pela Diretoria na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 10 de abril de 2024.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas abaixo e, foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados.

2.1. Base de preparação

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia e no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.3.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

a) Perda (Impairment) estimada de ativos não financeiros

Perda por redução ao valor recuperável (Impairment) de ativos não financeiros.

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para um período equivalente à vida útil do ativo em análise e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste.

O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento de receitas e despesas utilizada para fins de extrapolação.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia analisou e não identificou nenhum indicativo de “impairment”.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1. Caixa e equivalente de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

3.2. Instrumentos financeiros

Ativos Financeiros

i) Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) ou valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação de ativos financeiros é de acordo com o CPC 48 / IFRS9, sendo baseado no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

ii) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em “Resultado financeiro” no período em que ocorrem, a menos que o ativo tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

iii) Mensurados ao custo amortizado

Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Companhia compreendem contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

iv) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (impairment).

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não identificou nenhuma perda (“impairment”) a ser reconhecida no resultado do exercício.

Passivos Financeiros

v) Classificação e mensuração

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia mantinha instrumentos financeiros derivativos para assegurar suas exposições ao CDI, visto que as operações eram mantidas e atualizadas pelo IPCA e, até setembro de 2023, em Hedge para assegurar o valor do gás natural liquefeito (insumo da operação), atualizados pelo ticker do JKM (Japan, Korea, Marker).

As operações em Hedge, para assegurar o valor do gás natural liquefeito, foram descontinuadas, quando da assinatura do Termo Aditivo do Contrato de Energia de Reserva - CER nº 447/21, que transformou a operação contratual de inflexível para flexível. A alteração na modalidade do Contrato de Energia de Reserva exigiu a renegociação no contrato de compra de gás com a Petrobras, passando o consumo obrigatório de 200.000 M³ de gás diário para demandas por disponibilidade.

Com o rearranjo do contrato com a Petrobras, os instrumentos financeiros derivativos, como swaps de moeda e contratos a termo de commodity, para proteger-se contra seus riscos de taxa de câmbio e riscos das variações de preço da commodity, respectivamente, foram descontinuados, pois deixou de existir a relação econômica entre o item protegido e o instrumento de Hedge.

Em setembro de 2023, as operações de hedge foram liquidadas e registradas, bem como realizada para o resultado do exercício a parcela de ganho com as operações supracitadas que estavam classificadas em outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido.

3.3. Clientes

Correspondem aos valores a receber de clientes pela disponibilidade e geração de energia produzida pela usina. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD (*impairment*). Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para perda esperada, se necessária.

3.4. Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método do custo médio ponderado.

3.5. Imobilizado

Compreende o custo de construção da usina termelétrica: o terreno, as máquinas e equipamentos, os custos financeiros e custos gerais com a construção da planta.

O imobilizado da usina termelétrica é depreciado considerando a vida útil econômica dos bens limitado ao prazo de autorização de 35 anos para máquinas e equipamentos e edificações, considerando que não haverá reversão dos bens ao final do prazo de autorização pelo poder concedente, 10 anos para móveis e utensílios e 5 anos para os demais bens.

No contrato de arrendamento, tratado como mercantil operacional, a depreciação aplicada é de 5 anos, tempo definido no contrato de locação.

3.6. Intangível

Compreende os softwares e licenças para os equipamentos de informática cuja amortização é de 20% ao ano.

3.7. Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente para qual não identificamos indícios de impairment.

3.8. Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

3.9. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

3.10. Demais ativos e passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos (encargos) auferidos (incorridos) até a data do balanço. Estão classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após doze meses.

3.11. Empréstimos

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação de empréstimos que julguem adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

3.12. Debêntures

As debêntures emitidas foram reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, as debêntures são apresentadas pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (“pro rata temporis”).

3.13. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre prejuízos fiscais e base negativa para contribuição social e sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

3.14. Arrendamentos

O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo líquido da depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e, ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente do contrato. O passivo de arrendamento é mensurado, inicialmente, pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, descontados a uma taxa de juros incremental no arrendamento.

3.15. Capital Social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

3.16. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no seu Estatuto Social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos membros do Conselho de Administração em reunião.

3.17. Reconhecimento de Receita

A receita compreende o valor da prestação de serviço de disponibilidade, geração de energia e de receita realizada até a data do balanço, contabilizados pelo regime de competência.

A receita é reconhecida no resultado com base nos valores estabelecidos nos contratos CCEAR (Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado) e do CER (Contrato de Energia de Reserva), os quais são reajustados pelo IPCA no mês de novembro de cada ano.

3.18. Novas normas e interpretações não efetivas

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo International Accounting Standards Board ('IASB') e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") que são aderentes aos contextos operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

(a) Alteração em pronunciamentos contábeis em vigor

As seguintes normas alteradas e interpretações não resultou em impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IFRS 17 / CPC 50: Contratos de Seguros	Alterações decorrentes da emissão do CPC 50 - Contratos de Seguros	01/01/2023
IAS 1 / CPC 26 e IFRS Practice Statements 2 - Making Material Judgements	Divulgação das Políticas Contábeis	01/01/2023
IAS 8 / CPC 23	Definição das Estimativas Contábeis	01/01/2023
IAS 12 / CPC 32	Alteração na contabilização do imposto diferido em transações de arrendamento e obrigações de desativação	01/01/2023

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 01 de janeiro de 2023 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

(b) Alteração em pronunciamentos com vigência a partir de 2024

<u>Norma</u>	<u>Descrição da alteração</u>	<u>Vigência</u>
CPC 26 / IAS 1	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	01/01/2024
CPC 06 / IFRS 16	Contabilização de leaseback	01/01/2024
CPC 40 / IAS 7 / IFRS 7	Divulgação de informações sobre acordos financeiros	01/01/2024

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e, até o momento, não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

4.1. Fatores de risco financeiro

i) Risco de crédito

A Companhia sagrou-se vencedora no Leilão 002/2007-ANEEL, firmando Contratos De Comercialização de Energia Elétrica No Ambiente Regulado (CCEAR) e, no Procedimento Competitivo Simplificado (PCS) de nº 01/2021-ANEEL firmando o - Contrato de Energia de Reserva (CER) nº 447/21 diretamente com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). No entanto, em se tratando de ambiente regulado, existem previsões do CCEAR e CER que incluem penalidades severas, como multa, juros, e correção monetária, bem como implicações negativas no setor, para os clientes, no caso dos CCEAR e a CCEE, no caso do CER, que descumprirem suas obrigações perante a Companhia. A Companhia não possui histórico de inadimplência com seus clientes.

ii) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, com a intenção de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

O vencimento do empréstimo, considerando os juros contratuais, está demonstrado a seguir:

	<u>Vencimento</u>	<u>Valor</u>
Empréstimo	2024	69.710

iii) Risco de taxa de juros

A Companhia não está exposta ao risco que uma variação de taxa de juros gere se um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros.

A dívida está sujeita à variação do IPCA, entretanto as receitas fixas dos contratos de comercialização de energia no ambiente regulatório - CCEAR e o contrato do CER (Contrato de Energia de Reserva) estão indexados pelo IPCA.

iv) Valorização dos instrumentos, ativo e passivo financeiros

A Companhia opera com diversos ativos e passivos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, contas a pagar a fornecedores e empréstimos.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a seis meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia, em 31 de dezembro de 2023 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização/avaliação:

Caixa e equivalentes de caixa, outros ativos financeiros circulantes e fornecedores

Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

Despesas Antecipadas

A despesa antecipada refere-se ao direito de recebimento da Companhia, uma vez que é um direito que possui potencial para produzir benefícios econômicos através do recebimento em caixa resultante de evento passado que é o contrato firmado. O surgimento se dá pela entidade executar transferindo bens ou serviços para um cliente antes que a consideração seja paga ou antes do vencimento do pagamento.

Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos ao custo amortizado, ou seja, a atualização do valor principal é pela taxa efetiva da operação diariamente.

Instrumentos Financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo através do resultado e pelos outros resultados abrangentes.

4.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo condizente com outras Companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no seu nível de endividamento, bem como nos compromissos previstos nos contratos de empréstimos assinados. O nível de endividamento da Companhia é medido pelo montante total de dívida, de qualquer natureza, isto é, seu passivo circulante, acrescido do passivo não circulante e dividido por seu patrimônio líquido.

Os índices de endividamento em 31 de dezembro de 2023 e 2022 podem ser assim sumarizados:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Montante Total de Dívida (Passivo Circulante Acrescido de passivo não circulante)	215.474	446.563
Total do Patrimônio Líquido	403.622	615.501
Índice de Alavancagem Financeira	<u>0,53</u>	<u>0,73</u>

4.3. Instrumentos financeiros por categoria

	<u>31/12/2023</u>	
	<u>Valor Contábil</u>	<u>Valor Justo</u>
<u>Ativos Financeiros</u>		
<u>Mensurados pelo custo amortizado:</u>		
Caixa e equivalente de caixa	33.540	33.540
Clientes	80.888	80.888
Despesas Antecipadas	90.850	90.850
	<u>205.278</u>	<u>205.278</u>
<u>Passivos Financeiros</u>		
<u>Mensurados pelo custo amortizado:</u>		
Fornecedores	24.527	24.527
Empréstimos	69.710	69.710
	<u>94.237</u>	<u>94.237</u>
	<u>31/12/2022</u>	
	<u>Valor Contábil</u>	<u>Valor Justo</u>
<u>Ativos Financeiros</u>		
<u>Mensurados pelo custo amortizado</u>		
Caixa e equivalente de caixa	88.167	88.167
Clientes	70.690	70.690
	<u>158.857</u>	<u>158.857</u>
<u>Passivos Financeiros</u>		
<u>Mensurados pelo custo amortizado</u>		
Fornecedores	95.898	95.898
Debêntures	40.242	40.242
Empréstimos	31.575	31.575
	<u>167.715</u>	<u>167.715</u>

4.4. Avaliação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial, tais como caixa, equivalentes, títulos e valores mobiliários são classificados como nível 2. Para determinação do valor de mercado, foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

Hierarquia do valor justo

Os diferentes níveis mencionados acima foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Não houve instrumentos financeiros alocados ao Nível 3 nem ocorreram transferências de níveis no período observado.

4.5. Análise de sensibilidade

O quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros apresenta os riscos que podem gerar efeitos no resultado da Companhia, com cenário mais provável (cenário atual), segundo avaliação efetuada pela administração.

São demonstrados dois outros cenários, a fim de apresentar 25% (para mais ou para menos) de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários I e II).

A análise de sensibilidade apresentada considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos, com saldos de 31 de dezembro de 2023 e 2022.

2023					
Premissas	Efeitos das contas sobre o resultado	Saldo	Cenário		
			Cenário I	Atual	Cenário II
CDI	Aplicações financeiras	33.163	2.992	3.990	4.987
IPCA	Empréstimos	69.710	2.415	3.221	4.026
2022					
Premissas	Efeitos das contas sobre o resultado	Saldo	Cenário		
			Cenário I	Atual	Cenário II
CDI	Aplicações financeiras	85.442	8.998	10.586	13.233
IPCA	Debêntures	40.242	1.977	2.326	2.908
IPCA	Empréstimos	29.983	1.473	1.733	2.166

5. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Caixa e Banco	377	2.725
Aplicação Financeira (*)	<u>33.163</u>	<u>85.442</u>
	<u>33.540</u>	<u>88.167</u>

(*) As aplicações financeiras possuem remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Em 31 de dezembro de 2023, as aplicações financeiras possuem liquidez imediata e não possuem vencimentos e risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado.

6. CLIENTES

A Companhia analisou as suas contas a receber e não identificou perda de crédito esperada (PCE). O prazo de recebimento de 45 dias é atendido por toda a carteira do contas a receber.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Disponibilidade (Receita Fixa)	25.112	18.168
Fornecimento de Energia Gerada (a)	9.139	-
Receita de Venda no Mercado de Curto Prazo	4.474	345
Fornecimento Energia de Reserva - PCS	<u>42.163</u>	<u>52.177</u>
	<u>80.888</u>	<u>70.690</u>

(a) Valor a receber pela negociação de energia no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
IR e CSLL a Compensar	1.087	378
PIS a recuperar (i)	346	2.058
COFINS a recuperar (i)	1.591	9.441
Contribuição Social e Imposto de Renda a Compensar diferida	<u>4.565</u>	<u>3.142</u>
	<u>7.589</u>	<u>15.019</u>
Circulante	3.024	11.876
Não Circulante	4.565	3.143

(i) PIS e COFINS a recuperar:

- Crédito de PIS e COFINS sobre ativo imobilizado

A Companhia manteve o controle dos créditos a recuperar de PIS e COFINS sobre bens adquiridos e serviços tomados no decorrer dos anos. A compensação dos créditos de PIS e COFINS sobre compra de ativo imobilizado tem o prazo de 12 meses, conforme determina a IN 10.633 de 12/2003.

- Crédito de PIS e COFINS sobre matéria-prima

A Companhia controla os créditos a recuperar de PIS e COFINS que foram calculados sobre os custos utilizados diretamente na operação e manutenção da Usina Termelétrica, conforme determina a IN 10.633 de 12/2003.

8. ESTOQUES

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o estoque da Companhia é composto em sua maioria de óleo adquirido da Petrobrás (Petróleo Brasileiro S/A). Como segue a composição do saldo:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Óleo OCB1	13.965	18.310
Óleo Diesel	153	133
Lubrificantes	477	899
Almoxarifado (Sobressalentes)	8.625	10.876
	<u>23.220</u>	<u>30.218</u>

9. SERVIÇOS EM CURSO

Nos termos da Lei 14.120/2021, a TEVISA está obrigada a investir 1% de sua receita operacional líquida em Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI) do setor elétrico, dos quais 28% devem ser direcionados a projetos de PDI, segundos regulamentos da ANEEL.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Projeto FEST	5.923	5.044
Projeto Conversão Gás Natural	308	-
Projeto Hidrogênio na Cadeia do Etanol	190	-
Projeto de Gestão	2	6
	<u>6.423</u>	<u>5.050</u>

10. DESPESAS ANTECIPADAS

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Compensação financeira (a)	90.850	-
Seguros	1.242	1.191
Comissão sobre Emissão Debêntures	85	925
Custos sobre Emissão Debêntures	189	23
Outros	-	13
	<u>92.366</u>	<u>2.152</u>
Circulante	46.941	2.152
Não circulante	45.425	-

- (a) Com a celebração do Termo de Autocomposição entre a Companhia, a União Federal, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e o Tribunal de Contas da União - TCU, no âmbito do Procedimento de Solução Consensual TC nº 006.252/2023-0, a Companhia firmou distrato de fornecimento de gás natural liquefeito, na modalidade Inflexível, com a Petrobras (Petróleo Brasileiro S/A), gerando uma compensação financeira, a qual foi analisada do Aditivo do Contrato de Reserva - CER nº 447/21, que possui a vigência até 10/01/2026, dessa forma, a Companhia receberá, através da receita fixa, o custo da compensação financeira e será amortizada ao resultado em 28 meses. De acordo com o IFRS 9, o direito de recebimento atende a definição de ativo, uma vez que é um direito que possui potencial para produzir benefícios econômicos através do recebimento em caixa. O recebimento é um direito de consideração incondicional, ou seja, somente a disponibilidade é necessária antes que o pagamento dessa consideração seja devido.

	<u>31/12/2022</u>	<u>Adição</u>	<u>Apropriação</u>	<u>31/12/2023</u>
Compensação Financeira (a)	-	105.992	(15.142)	90.850
	<u>-</u>	<u>105.992</u>	<u>(15.142)</u>	<u>90.850</u>

11. INSTRUMENTO FINANCEIRO DERIVATIVO

Até 26 de setembro de 2023, a Companhia estava exposta a riscos de câmbio e de variação do JKM relacionados ao compromisso firme decorrente do contrato de fornecimento de Gás Natural Liquefeito, gerenciados com instrumentos derivativos.

Em setembro de 2023, o contrato de fornecimento de energia passou da modalidade de inflexível para flexível (disponibilidade), deixando de ter a obrigação do consumo diário do gás e, conseqüentemente, a exposição de risco para a satisfação do desempenho do contrato.

11.1. Derivativos designados como instrumentos de hedge

a) Risco de preço de hedge e de JKM

A Companhia possuía um contrato inflexível de compra de Gás Natural Liquefeito, cujo preço era denominado em JKM. A administração objetivando travar as flutuações do preço do JKM firmou contratos a termo de JKM. A cobertura da volatilidade dos preços das compras previstas de JKM estavam de acordo com a estratégia de gerenciamento de risco aprovada pelo Conselho de Administração.

É importante ressaltar que a Companhia adotava um intervalo de cobertura que visava absorver eventuais oscilações de demanda de mercado, evitando qualquer posição overhedge e especulativa.

Dada a existência da relação econômica entre os itens protegidos por hedge e os instrumentos de hedge, uma vez que os termos dos contratos a termo de commodities correspondiam os termos do contrato de compra de Gás Natural Liquefeito (termos críticos). A Companhia estabeleceu um índice de cobertura de hedge de 1:1 para as relações de hedge, já que o risco subjacente dos contratos a termo de JKM seriam idênticos aos componentes de risco protegidos.

Em 26 de setembro de 2023, devido a alteração da modalidade do contrato CER 447/21, que transformou a operação de geração de energia de inflexível para flexível, levou o encerramento dos 28 contratos restantes de forward de JKM.

b) Risco de USD e Hedge das operações de Swap

As operações de SWAP de USD para R\$, fizeram uma relação de hedge entre o agregado da exposição para JKM denominado em USD e os Swaps para R\$.

Da mesma forma, como ocorrido na designação dos NDFs de JKM, existiu uma relação econômica entre os itens protegidos por hedge e os instrumentos de hedge. Uma vez que os termos dos contratos a termo de commodities (NDFs) correspondiam aos termos do contrato de compra de Gás Natural Liquefeito. Para testar a efetividade do hedge, a Companhia usou o método qualitativo, observando os termos críticos da operação.

Em 26 de setembro de 2023, a Companhia desfez os 28 contratos restantes de forward de SWAP.

c) Operações liquidadas (desfazimento)

Para as operações em aberto e, com a nova modalidade de geração de energia estabelecida no aditivo do contrato CER 447/21, a Companhia obteve a renegociação do contrato de fornecimento de Gás Natural Liquefeito na modalidade Inflexível e, para garantir as obrigações do acordo, celebrou um novo contrato com a Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, na modalidade flexível, o qual se tratava do motivo principal para a celebração dos contratos de hedge de JKM e Swap. O rearranjo do contrato com a Petrobras, vinculado ao aditivo do contrato do CER 447/21, fizeram com que a Companhia desfizesse toda a operação instrumento financeiro de Hedge em setembro de 2023.

Os instrumentos financeiros de hedge da Companhia foram contabilizados de acordo com os saldos apurados entre débitos e créditos (ativos e passivos). O impacto do hedge no balanço está demonstrado conforme a tabela abaixo:

Valor justo

	Classificação do <i>hedge</i> (a)	Hedge ativo	
		31.12.2023	31.12.2022
<i>JKM</i>	FV	-	590.543
Moeda estrangeira	CF	-	(108.513)
		-	482.029
Adiantamento de Hedge (NDF) (b)		-	(21.564)
		-	460.466
Circulante		-	204.389
Não Circulante		-	256.077

(a) CF: Cash Flow Hedge - Hedge de fluxo de caixa | FV: Fair Value Hedge - Hedge de valor justo

(b) NDF de JKM do mês 01/2023 recebidas antecipadamente no mês 12/2022.

Saldo dos instrumentos financeiros derivativos em 31/12/2022	460.466
Variação do valor justo do hedge	(329.138)
Compensação do adiantamento de hedge	21.564
Ganho reconhecido no resultado	<u>(152.892)</u>
Saldo dos instrumentos financeiros derivativos em 31/12/2023	<u>-</u>

(c) Movimentação dos Instrumentos financeiros derivativos no exercício de 2023.

<u>Saldos em 31/12/2022</u>	
Variação de valor justo de Hedge	(482.030)
(-) Impostos diferidos	<u>163.891</u>
Saldo final líquido dos derivativos	(318.139)
<u>Variação do valor justo dos derivativos</u>	
Variação de valor justo de Hedge	(329.138)
Derivativos reclassificados para o resultado do exercício	<u>(152.892)</u>
	(482.030)
(-) Impostos diferidos	<u>163.891</u>
Movimento líquido dos derivativos	(318.139)
	<u>-</u>
Saldo final líquido dos derivativos	<u>-</u>

12. IMOBILIZADO

O imobilizado de máquinas e equipamentos e edificações são depreciados considerando a vida-útil econômica dos bens limitado aos prazos de autorizações de 35 anos, considerando que não haverá reversão dos bens ao final do prazo de autorização para o poder concedente. Os móveis e utensílios e veículos são depreciados a 10% e 20%, respectivamente.

<i>Custo (Em milhares de Reais)</i>	Terrenos	Edificações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Veículos	Direito de Uso	Em Curso	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	4.300	29.715	347.678	596	405	-	98.651	481.345
Adição	-	140	-	-	-	1.681	51.825	53.646
Baixa	-	(309)	(33)	(61)	(35)	-	(1.668)	(2.106)
Transferência	-	18.285	127.478	59	210	-	(146.032)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	4.300	47.831	475.123	594	580	1.681	2.776	532.885
Adição	-	-	127	24	-	386	997	1.534
Baixa	-	-	(2)	2	-	(1.681)	(166)	(1.847)
Transferência	-	146	(603)	108	-	-	349	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	4.300	47.977	474.645	728	580	386	3.956	532.572
<i>Depreciação Acumulada (Em milhares de Reais)</i>	Terrenos	Edificações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Veículos	Direito de Uso	Em Curso	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	(9.338)	(119.381)	(381)	(322)	-	-	(129.422)
Adição	-	(1.373)	(13.594)	(52)	(53)	(336)	-	(15.408)
Baixa	-	304	28	47	-	-	-	379
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	(10.407)	(132.947)	(386)	(375)	(336)	-	(144.451)
Adição	-	(1.494)	(13.898)	(53)	(62)	(243)	-	(15.750)
Baixa	-	-	1	-	-	532	-	533
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	(11.901)	(146.844)	(439)	(436)	(47)	-	(159.668)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	4.300	20.377	228.297	215	83	-	98.651	351.923
Saldo em 31 de dezembro de 2022	4.300	37.424	342.176	208	205	1.345	2.776	388.434
Saldo em 31 de dezembro de 2023	4.300	36.076	327.801	289	144	339	3.956	372.904

(a) Em Máquinas e Equipamentos, a Companhia possui itens de P&D (Pesquisa e Desenvolvimento), no valor original de R\$ 4.249, cuja depreciação anual é no valor de R\$ 181, correspondente a 4,25% a.a. A depreciação desses itens é registrada contra o grupo de Passivo Não Circulante (Obrigações Vinculadas à Concessão)

13. INTANGÍVEL

O intangível é composto de software e licenças de uso, com taxa de amortização de 20% ao ano.

<i>Custo (Em milhares de Reais)</i>	Software	Software (em Cursos)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	142	8	150
Adição	49	20	69
Transferência	28	(28)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>219</u>	<u>-</u>	<u>219</u>
Adição	-	82	82
Transferência	82	(82)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>301</u>	<u>-</u>	<u>301</u>
<i>Amortização Acumulada (Em milhares de Reais)</i>	Software	Software (em Cursos)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(94)	-	(94)
Adição	(26)	-	(26)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>(120)</u>	<u>-</u>	<u>(120)</u>
Adição	(40)	-	(40)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>(160)</u>	<u>-</u>	<u>(160)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>48</u>	<u>8</u>	<u>56</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>99</u>	<u>-</u>	<u>99</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>141</u>	<u>-</u>	<u>141</u>

14. FORNECEDORES

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Combustíveis (a)	7.361	86.748
Outros	17.166	9.150
	<u>24.527</u>	<u>95.898</u>

(a) Redução do consumo do gás natural liquefeito decorrente a renegociação do contrato de Energia Elétrica - CER nº 447/21, que através do Termo Aditivo celebrado em 26 de setembro de 2023, alterou a modalidade da geração de energia de flexível para modalidade de flexível (disponibilidade).

15. DEBÊNTURES

As movimentações das debêntures do período estão assim apresentadas:

2023	Vencimento	Quantidade	Valor Nominal Unitário	Valor Nominal Histórico	Valor Principal Pago	Valor Juros pagos	Saldo Atualizado
1ª série	15.03.2023	557	100	55.700	10.228	175	-
2ª série	15.06.2023	557	100	55.700	10.387	354	-
3ª série	15.09.2023	557	100	55.700	10.392	542	-
4ª série	15.12.2023	779	100	77.900	10.377	715	-
		<u>2.450</u>		<u>245.000</u>	<u>41.384</u>	<u>1.786</u>	<u>-</u>

2022	Vencimento	Quantidade	Valor Nominal Unitário	Valor Nominal Histórico	Valor Principal	Valor Juros	Saldo Atualizado
1ª série	15.03.2023	557	100	55.700	10.058	31	10.089
2ª série	15.06.2023	557	100	55.700	10.058	31	10.089
3ª série	15.09.2023	557	100	55.700	10.058	31	10.089
4ª série	15.12.2023	779	100	77.900	9.945	30	9.975
		<u>2.450</u>		<u>245.000</u>	<u>40.119</u>	<u>123</u>	<u>40.242</u>

16. EMPRÉSTIMO

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta a seguinte composição dos empréstimos ativos:

Emissão	Taxa anual de juros a.a	SWAP	Moeda Nacional	2023	2022
30/12/2020	CDI + 2,81% a.a	IPCA + 4,20% a.a	40.000	24.449	31.575
28/02/2023	CDI + 2,20% a.a	Euro PTAX + 6,63% a.	40.000	45.261	-
				<u>69.710</u>	<u>31.575</u>
Passivo Circulante				65.607	8.562
Não Circulante				4.103	23.013

A movimentação do empréstimo está apresentada conforme abaixo:

Empréstimo	31/12/2022	Marcação a mercado da dívida	Adição		Amortização		31/12/2023
			Juros	Principal	Principal	Juros	
Banco Itaú	28.562	-	4.550	40.000	(8.000)	(3.917)	61.195
Marcação a Mercado (MTM)	3.013	5.502	-	-	-	-	8.515
	<u>31.575</u>	<u>5.502</u>	<u>4.550</u>	<u>40.000</u>	<u>(8.000)</u>	<u>(3.917)</u>	<u>69.710</u>

Garantias

- Alienação Fiduciária de Imóveis.
- Alienação Fiduciária de Ações.
- Alienação Fiduciária de Máquinas e Equipamentos.
- Cessão Fiduciária de Direitos creditórios.

Covenants financeiros

Devido a esse financiamento, a Companhia fica obrigada a cumprir os seguintes índices:

- O índice de cobertura do serviço da dívida deverá ser igual ou superior a 1,2.

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Composição do Imposto de Renda e Contribuição Social passivos diferidos

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Ajuste Decorrente de Diferença de Taxa de Depreciação (Fiscal x Prazo de Autorização)	77.758	74.262
Ajuste Decorrente de Hedge	-	163.891
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	<u>77.758</u>	<u>238.153</u>

b) Reconciliação da Despesa do Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	476.555	92.550
Juros sobre o Capital Próprio	-	(2.850)
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social (Ajustado)	<u>476.555</u>	<u>89.700</u>
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição às alíquotas da legislação	162.029	30.498
Bônus e Gratificações	260	1.357
Doações e Patrocínios	6	35
Outras Adições e Exclusões	-	2.107
	<u>162.295</u>	<u>33.997</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	160.399	35.204
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	<u>1.896</u>	<u>(1.207)</u>
	<u>162.295</u>	<u>33.997</u>
Alíquota Efetiva	34%	38%

18. OBRIGAÇÕES SETORIAIS

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
P&D - Pesquisa e Desenvolvimento	11.138	8.466
Taxa de fiscalização	<u>63</u>	<u>42</u>
	<u>11.201</u>	<u>8.508</u>

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O controlador acionário da Companhia é o BTG Pactual Holding Participações S.A, que detém 100% das ações. O capital social da Companhia é de R\$ 262.800, dividido em 262.800.000,00 (duzentos e sessenta e dois milhões e oitocentos mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Na AGE de 09 de novembro de 2021, foi estabelecido o aumento do capital social de R\$ 171.500 para R\$ 262.800, dividido em 262.800 mil ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

O valor integralizado de R\$ 91.300 foi realizado pelo acionista, em moeda corrente, no ano de 2022.

a) Destinação do Resultado

O resultado do exercício, após os ajustes previstos em lei, terá a seguinte destinação:

- 5% para a reserva legal, até o limite máximo estabelecido pela legislação societária.
- 25% serão distribuídos como dividendo obrigatório.
- Após qualquer retenção prevista no orçamento anual, o saldo remanescente terá a destinação deliberada pela Assembleia Geral.

Conforme definido pela Escritura de Debêntures, qualquer valor distribuído aos acionistas que seja superior aos 25% dos dividendos obrigatórios deverão ser autorizados.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro Líquido do Exercício	314.260	58.553
Constituição de Reserva Legal (5%)	<u>(15.713)</u>	<u>(2.928)</u>
Base de Cálculo dos Dividendos	298.547	55.625
Dividendos mínimos obrigatórios	(74.637)	(13.906)
Dividendos Intercalares	(118.116)	(23.622)
Juros sobre Capital Próprio	-	(2.850)
Dividendos Adicionais Propostos	<u>105.794</u>	<u>15.247</u>

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

c) Outros Resultados Abrangentes

Refere-se ao valor presente dos hedges de fluxo de caixa para a proteção do contrato de compra futura do gás natural liquefeito da operação. Em setembro 2023, o valor de 318.139, destinado a reserva, foi revertido para o resultado do Exercício, visto o desfazimento da operação hedge.

d) Dividendos Mínimos Obrigatórios

Em 2023, a Companhia destinou o valor total de dividendos de R\$ 192.753, valor superior ao mínimo obrigatório de R\$74.637 (R\$13.906 em 31 de dezembro de 2022), pois, houve a deliberação no exercício, de dividendos intercalares e adicionais.

e) Dividendos Adicionais Propostos

A Companhia destinou o valor de R\$105.794 em 31 de dezembro de 2023 (R\$15.247 em 31 de dezembro de 2022) para dividendos adicionais propostos.

f) Dividendos Intercalares

Em 2023, a Companhia constituiu dividendos intercalares no valor de R\$118.116 (R\$23.622 em 31 de dezembro de 2022).

g) Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio Pagos

Em 2022 a companhia não deliberou Juros sobre Capital Próprio, mas em 2022 o valor foi de R\$2.850.

A Companhia efetuou as liquidações dos valores acima, com base nos atos a seguir:

2023	Descrição	Pagamento	Valor
RCA de 06 de março de 2023	Dividendos do exercício de 2022	24/03/2023	15.247
RCA de 06 de março de 2023	Dividendos Intercalares	24/03/2023	24.753
RCA de 31 de março de 2023	Dividendos Intercalares	21/06/2023	31.000
RCA de 21 de setembro de 2023	Dividendos Intercalares	30/10/2023	70.000
RCA de 19 de outubro de 2023	Dividendos Intercalares	30/10/2023	55.000
RCA de 30 de novembro de 2023	Dividendos Intercalares	20/12/2023	12.000
			<u>208.000</u>
2022	Descrição	Pagamento	Valor
RCA de 31 de março de 2022	Juros sobre o capital próprio	23/09/2022	2.850
118ª RCA de 23 de setembro de 2022	Juros sobre o capital próprio	23/09/2022	1.400
130ª RCA de 18 de outubro de 2022	Dividendos do exercício de 2021	25/10/2022	16.472
130ª RCA de 18 de outubro de 2022	Dividendos intercalares	25/10/2022	12.528
131ª RCA de 01 de dezembro de 2022	Dividendos intercalares	02/12/2022	25.000
			<u>58.250</u>

20. RECEITA LÍQUIDA

	31/12/2023	31/12/2022
Disponibilização Energia de Reserva - PCS (a)	576.829	255.475
Disponibilidade	156.175	145.891
Fornecimento de Energia Gerada	17.592	22.007
Receita de Venda no Mercado de Curto Prazo	4.782	5.433
Compra de Energia	<u>(8.882)</u>	<u>(2.103)</u>
	<u>746.496</u>	<u>426.703</u>

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Impostos sobre serviços	(69.928)	(39.709)
Encargos do Consumidor	<u>(7.646)</u>	<u>(4.296)</u>
	<u>(77.574)</u>	<u>(44.005)</u>
	<u>668.922</u>	<u>382.698</u>

(a) Receita gerada no Contrato de Energia de Reserva (CER) nº 447/21 e, negociada no Procedimento Competitivo Simplificado (PCS), iniciada a operação em 14 de julho de 2022.

21. CUSTO SOBRE OS SERVIÇOS PRESTADOS

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Compra de Gás	(232.063)	(310.656)
Resultado com derivativo - Hedge (a)	152.892	185.757
Pessoal	(17.579)	(13.612)
Material	(22.759)	(26.369)
Serviços de Terceiros	(36.124)	(32.961)
Depreciação	(15.137)	(14.806)
Amortização	(2)	-
Compra de Energia	(1.172)	(1.069)
Outras Despesas	<u>(1.312)</u>	<u>(2.617)</u>
	<u>(173.256)</u>	<u>(216.333)</u>

(a) Refere-se ao resultado com operações de hedge para amortizar os efeitos das variações de câmbio do JKM (valor do gás natural liquefeito no mercado mundial).

22. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Multa Contratual e regulatória (a)	-	(51.543)
Pessoal	(7.794)	(5.147)
Materiais	(210)	(143)
Serviços de terceiros	(3.006)	(5.304)
Depreciação	(436)	(462)
Amortização	(37)	(15)
Outros	<u>(88)</u>	<u>(122)</u>
	<u>(11.571)</u>	<u>(62.736)</u>

(a) Multa contratual pela CCEE, no valor de R\$45.550 e multa editalícia pela ANEEL, no valor de R\$5.993, em razão do descumprimento do cronograma de implantação do projeto para atendimento ao Procedimento Competitivo Simplificado (PCS).

23. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Despesas Financeiras		
Juros de Debêntures	(1.663)	(4.357)
Atualização Monetária de Debêntures	(1.265)	(3.854)
Atualização Monetária Empréstimo	(4.550)	(4.548)
Comissão sobre Fiança	(1.641)	(1.310)
Marcação a mercado	(5.502)	(1.592)
Outras	(3.674)	(2.944)
	<u>(18.295)</u>	<u>(18.605)</u>
Receitas Financeiras		
Rendimento de Aplicação	9.918	7.150
Outras Receitas	332	192
	<u>10.250</u>	<u>7.342</u>
Resultado Financeiro	<u>(8.045)</u>	<u>(11.263)</u>

24. HONORÁRIOS DOS ADMINISTRADORES

No exercício de 2023, o total pago, referente à remuneração aos diretores e conselheiros da Companhia, somou R\$2.210 (R\$ 1.748 em 31 de dezembro de 2022).

25. CONTINGÊNCIAS

A Companhia é parte envolvida em ações no âmbito administrativo e trabalhista.

A Administração, de acordo com o CPC 25, adota o procedimento de classificar as causas impetradas contra a Companhia em função do risco de perda, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, da seguinte forma:

I - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco provável	II - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco possível	III - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco remoto
São constituídas provisões.	As informações correspondentes são divulgadas em Notas Explicativas.	Somente são divulgadas em Notas Explicativas as informações, que, a critério da Administração, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das Demonstrações Contábeis.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia possuía ações trabalhistas e administrativas, como seguem:

Provável

Ação administrativa em juízo à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) o despacho SFG nº 2.188/2022 (TIPE nº 6/2022), referente à multa editalícia pelo atraso na implantação da UTE Viana 1 - Procedimento Competitivo Simplificado (PCS). Em 31 de março de 2023 a Companhia encaminhou a ANEEL o comprovante de quitação da multa no valor de R\$5.993.

As ações trabalhistas movidas por ex-empregados da Companhia, com pedido de reintegração nos quadros o que foi considerado como provável de acontecer e, a Companhia em 31 de dezembro de 2023 registrou provisão no valor de R\$2.009 (em 31 de dezembro de 2022 - R\$1.985) para as causas com probabilidade de perda provável, dos quais R\$807 encontra-se em depósito judicial.

A movimentação das contingências prováveis foram:

	<u>2022</u>	<u>Atualização</u>	<u>Baixa</u>	<u>2023</u>
Ação Administrativa	5.993	-	(5.993)	-
Ação Trabalhista	1.985	61	(37)	2.009
	<u>7.978</u>	<u>61</u>	<u>(6.030)</u>	<u>2.009</u>

26. SEGUROS

<u>Risco</u>	<u>Vigência</u>	<u>Importância segurada</u>
Responsabilidade Civil	30/06/2022 a 30/06/2023	6.000
Responsabilidade civil de administradores e diretores D&O	08/05/2022 a 08/05/2023	25.000
Riscos Ambientais	06/09/2022 a 06/09/2023	20.000
Riscos Operacionais	30/06/2022 a 30/06/2023	USD 90.805
Veículo (placa OVI-1609)	12/01/2023 a 12/01/2024	150
Veículos (placa ODM 9212)	18/09/2022 a 18/09/2023	100
Veículos (placa PPH 3044)	07/12/2022 a 07/12/2023	100